

**Marx, marxismo e mercado mundial: lei do valor, método e historicidade**

Alexis Saludjian<sup>1</sup>  
Flávio Miranda<sup>2</sup>  
Marcelo Carcanholo<sup>3</sup>

**Introdução**

O capitalismo, sistema social que emerge, segundo Marx, a partir do século XVI, tem como momento fundante o mercado mundial (Marx, 2013, p. 223). A formação social que surge a partir da economia feudal, superando-a, tem, de modo muito geral, sua gênese ontológica marcada pelas contradições internas a esse modo de produção, assim como pelas relações mercantis entre capitais que tinham por base diferentes Estados-nacionais. Essa concorrência inter-capitalista e, portanto, internacional, tinha como momento principal a disputa cada vez mais acirrada por posições no mundo colonial, isto é, pela dominação de sociedades pré-capitalistas que, desta forma, foram inseridas no mercado mundial de maneira subordinada.

Assim, momentos de afirmação das leis econômicas típicas da sociedade capitalista, bem como momentos de violência extra-econômica, fazem parte da gênese histórica e do desenvolvimento do novo modo de produção. Essa formação social, ela própria um produto histórico, apresenta-se, além disso, de formas variadas em diferentes momentos de seu desenvolvimento. Muito sinteticamente: esse modo histórico de produção possui também uma historicidade que corresponde à afirmação concreta de suas leis fundamentais, em diferentes condições sócio-históricas para o processo de acumulação de capital. O capitalismo, portanto, pode ser dividido em fases<sup>4</sup>, cada qual com suas particularidades e de maneira que cada uma delas põe as condições necessárias para a seguinte, o que pode ser apreendido apenas de modo retrospectivo.

Em cada um desses diferentes momentos, as leis que conformam o modo de produção capitalista se apresentam de modo diverso assim como, portanto, o mercado mundial (a expressão mundial dessas leis na relação entre capitais baseados em diferentes Estados-nacionais). Por conseguinte, as relações entre economias nacionais que se inserem de modo diverso na dinâmica global de acumulação de capital, seus determinantes gerais, apresentam especificidades relativas a cada

---

<sup>1</sup> Professor do Instituto de Economia da UFRJ.

<sup>2</sup> Professor do Departamento de Ciências Econômicas e Exatas do ITR - UFRJ.

<sup>3</sup> Professor da Faculdade de Economia da UFF.

<sup>4</sup> Por exemplo, sem entrar no mérito da justeza dessas classificações: fase concorrencial; fase monopolista; capitalismo “financeirizado” etc.



configuração histórica particular do processo global de acumulação de capital. Por exemplo, o capitalismo contemporâneo, em escala mundial, implica uma forma contemporânea para as relações de "dependência", "imperialismo" etc. O ponto aqui é que as teorias do imperialismo e da dependência, que vêm experimentando uma importante retomada nos últimos anos, devem obrigatoriamente levar em conta essa historicidade *no* capitalismo<sup>5</sup>.

Ademais, tomando-se a teoria marxiana como ponto de partida, a compreensão da forma como as legalidades que expressam o mercado mundial se apresentam em diferentes contextos sócio-históricos, pressupõe não somente seu entendimento em um nível geral, isto é, a “lei geral da dependência”, no termos de Dussel (1988), como a compreensão de que em termos concretos o valor-capital se desenvolve dialeticamente em escala mundial. Assim, o objetivo deste artigo é demonstrar que entender o imperialismo/dependência requer tanto o debate sobre o valor (capitalismo), quanto sobre o papel da categoria *mercado mundial*.

Em suma, defendemos que o tema em questão impõe o retorno à teoria do valor de Marx. A mediação, contudo, entre a teoria contida em *O Capital*, tal qual editado por Marx e, depois, por Engels, e o mercado mundial supõe o entendimento rigoroso de importantes questões metodológicas. Mais especificamente, deve-se captar o sentido lógico-categorial geral da *Crítica da economia política* de maneira para se compreender o mercado mundial como expressão da lei do valor em nível de abstração mais concreto. Além disso, para se analisar a forma como o valor-capital se manifesta em distintas regiões da economia mundial, importantes questões relativas à teoria marxiana da história devem ser consideradas, em especial: o caráter das leis científicas em Marx, sua natureza tendencial que decorre dos fundamentos ontológicos subjacentes à sua teoria; o caráter dialético-contraditório e, portanto, desigual do desenvolvimento histórico, o que inclui a desigualdade no desenvolvimento econômico geral no mercado mundial.

A argumentação deste artigo divide-se em uma seção dedicada ao nosso entendimento do significado da lei do valor e sua relação com o mercado mundial e outra às questões metodológicas relacionadas (níveis de abstração no plano geral de *O Capital* e historicidade em Marx). Apresentamo-la, contudo, não sem antes observarmos brevemente a forma como importantes autores marxistas trabalharam a categoria mercado mundial.

---

<sup>5</sup> Para um estudo sobre a forma contemporânea das relações de dependência recomendamos Amaral (2012)

## **Marxismo e mercado mundial**

Longe de ter sido esquecida, a categoria mercado mundial teve um papel importante nos debates marxistas do final do século XIX e de todo o século XX. Apresentaremos nesta seção, de maneira muito breve, alguns aspectos centrais em análises clássicas sobre este tema no âmbito do marxismo. Notadamente, nos ocuparemos das contribuições de Rudolf Hilferding, Rosa Luxemburgo, Nikolai Bukharin Vladimir Lênin, León Trotsky e Ernest Mandel.

Primeiro autor a se destacar no início do século XX nos debate sobre a nova configuração do desenvolvimento capitalista que então se apresentava é Rudolf Hilferding com a obra *Capital Financeiro*, publicada pela primeira vez em 1910. Nesse livro, o autor austríaco analisa a interpenetração crescente entre "capital industrial" e "capital bancário" estudando especialmente o caso do desenvolvimento capitalista alemão e suas especificidades com relação aos casos inglês e estadunidense. Um dos pontos essenciais da obra é a demonstração de como a estrutura/especificidade do "capitalismo financeiro" tem conseqüências para a expansão mundial do capitalismo, relacionado às contradições do desenvolvimento capitalista e suas crises: A abertura de novos mercados permitiria, para o autor, a saída de uma depressão econômica através da exportação de capital e da exploração das colônias e dos mercados dependentes (Hilferding, 1985, p. 299).

Hilferding considera que o "capitalismo financeiro monopolista" seria capaz de contornar as dificuldades ligadas ao desenvolvimento capitalista "concorrencial" (pelo poder da aliança do capital industrial e do poder bancário), dando à sua análise um caráter determinista pouco compatível com a complexidade real do desenvolvimento desigual e contraditório do capitalismo e de suas sucessivas fases históricas. A categoria mercado mundial aparece como conseqüência da capacidade crescente do capitalismo financeiro e como via de superar os limites do próprio capitalismo.

Rosa Luxemburgo, por sua vez, mobilizou os esquemas de reprodução desenvolvidos por Marx no Livro II de *O Capital* e os criticou por, em sua opinião, tratarem-se da representação de um sistema unicamente composto por capitalistas e trabalhadores, sendo, portanto, irreal. Na discussão sobre a reprodução ampliada, a autora sublinha o que ela aponta como o "erro de Marx". Segundo a autora, é fundamental integrar os países não capitalistas (ou menos desenvolvidos) para poder "equilibrar" os esquemas de reprodução e entender como o capitalismo continua se desenvolvendo, engolindo outros modos de produção, até que, inevitavelmente, acabe. Com a saturação dos mercados nos países/regiões capitalistas mais avançadas e a crescente capacidade produtiva do capitalismo monopolista, a



demanda em mercadorias de consumo dos países não capitalistas/menos desenvolvidos seria *conditio sine qua non* para a acumulação global de capital. A conquista de espaços/mercados para vender essas mercadorias seria um movimento necessário para que o capitalismo imperialista continuasse a se desenvolver. A explicação para a fase imperialista do capitalismo residiria, portanto, no "subconsumo".

A teoria de Rosa Luxemburgo é explicitamente internacionalista e reconhece, acertadamente, a categoria mercado mundial como um dos fundamentos do desenvolvimento capitalista. Luxemburgo, no entanto, ao mesmo tempo em que tenta demonstrar a irrelevância da lei marxiana do valor no mercado mundial, é determinista ao discutir a derrocada da sociedade capitalista por um viés catastrofista e inelutável.

A exemplo de Hilferding, Bukharin em *A Economia Mundial e o imperialismo*, de 1916, aborda a configuração do capitalismo mundial no início do século XX como um desenvolvimento subordinado ao capital financeiro que combinaria dois tipos de centralização: a absorção de uma unidade econômica por outra similar; a anexação por um truste nacional de um unidade econômica complementar, obtendo-se uma "unidade econômica combinada" (Bukharin, 1986, p. 112- 113). Este último ponto, cuja análise parece-nos promissora para o entendimento do mercado mundial não foi, todavia, aprofundado pelo autor.

Bukharin chega, ademais, a discutir a dicotomia protecionismo e livre-comércio (num nível mais concreto) no capitalismo mundial, sem no entanto desenvolver-la a contento. Além disso, pode-se argumentar que sua defesa, no período estalinista, da capacidade do desenvolvimento soviético independente do capitalismo mundial (a tese do socialismo em um único país) denota certa negligência com relação à forma necessariamente desigual de atuação da lei do valor no mercado mundial - embora seja prudente levar em conta a constante censura e pressão política a que o autor fora submetido à esta época.

Já Lênin, em sua obra de 1917, *Imperialismo, estágio superior do capitalismo*, se baseia na análise de Bukharin integrando as contradições próprias ao desenvolvimento desigual do capitalismo mundial, embora de modo excessivamente sucinto. Em trabalho recente, Hugo Corrêa aponta que Lênin aporta um olhar relevante sobre a temática do desenvolvimento desigual. Ainda segundo Corrêa, "a formulação, ainda que breve, de Lênin baliza grande parte do que se debateu posteriormente", na medida em que, de uma lado, considera o papel da exportação de capital na dominação imperialista, e de outro, seu papel no desenvolvimento das regiões que recebiam essas inversões (Corrêa, 2012, p. 89).



Finalmente, nessa mesma linha de análise, podemos citar os aportes a de Leon Trotsky sobre a economia mundial e a Revolução Permanente. Para este autor, o capitalismo na fase imperialista era caracterizado por um desenvolvimento desigual e combinado, de modo que a economia mundial era mais do que a mera soma das economias nacionais<sup>6</sup>. Esta contribuição, contudo, foi durante muito tempo ocultada pela propaganda estalinista.

Talvez seu maior divulgador posterior tenha sido Ernest Mandel. No livro, *O Capitalismo Tardio*, Mandel critica da versão engessada de Marx pelo estalinismo da URSS. A proposta soviética de desenvolvimento do socialismo em um só país estaria baseada em uma equivocada interpretação da teoria de Marx. Para ele, tanto no nível concreto quanto nos níveis mais abstratos, a teoria de Marx é diretamente mundial. Na leitura de Mandel, a lei marxiana do valor opera no mercado mundial, a despeito da ausência de tal análise sistemática em *O Capital*, como reconhece. Para Mandel, a transferência internacional de mais-valor, ao invés de contrariar, seria consequência do funcionamento "desigual e combinado" da lei do valor em âmbito mundial (Mandel, 1982, p. 255).

Vemos que Mandel entendeu corretamente a pertinência da lei do valor para analisar a economia mundial. Esforçando-se por resgatar a discussão do "desenvolvimento desigual e combinado" nos termos propostos por Trotsky.

As análises desses intelectuais serviram para definir suas estratégias de luta contra o capitalismo e tomarem parte como militantes de processos de luta política contra o imperialismo sem, contudo, priorizar a discussão analítica profunda da categoria mercado mundial na obra de Marx., Acreditamos, contudo, que tal aprofundamento é essencial para definir estratégias de lutas contra o capitalismo a partir da crítica da economia política.

### **Lei (teoria) do valor e mercado mundial**

Assim, parece-nos requisito de uma teoria marxista do imperialismo e/ou da dependência um tratamento rigoroso do funcionamento do valor-capital em escala mundial. As distintas formas de inserção de cada economia/região, se influenciando a dinâmica da acumulação mundial, ou tendo que responder dialeticamente a essa mesma dinâmica, é que definem o caráter imperialista ou dependente

---

<sup>6</sup> "O marxismo procede da economia mundial, considerada não como simples adição de suas unidades nacionais, mas como uma poderosa realidade independente, criada pela divisão internacional do trabalho e pelo mercado mundial, que, em nossa época, domina do alto os mercados nacionais. As forças produtivas da sociedade capitalista já ultrapassaram, há muito tempo, as fronteiras nacionais. A guerra imperialista não foi senão uma das manifestações desse fato " (Trotsky, 1985, p. 4).



das diversas economias. Os distintos níveis de desenvolvimento capitalista de determinadas economias são consequência da forma desigual e combinada com que as leis gerais do modo de produção capitalista se apresentam em determinado momento histórico.

Ao mesmo tempo, um correto entendimento destas leis pressupõe as formas concretas como elas se apresentam nesses momentos. Para ser mais rigoroso ainda, só é possível descobrir essas leis por intermédio das formas concretas em que as categorias do capitalismo se apresentam no concreto-real. Mas, se ainda vivemos no modo de produção capitalista, só pode ser porque suas leis de tendência continuam ditando a dinâmica social, mais além das formas concretas de suas manifestações.

A questão, portanto, é que analisar concretamente as situações de imperialismo/dependência, além das historicidades específicas dentro do capitalismo, requer entender que o valor-capital, de um ponto de vista mais concreto, se manifesta, de forma desigual e combinada, no âmbito da acumulação mundial de capital. Um rigoroso entendimento da teoria do valor (capitalismo) é, portanto, obrigatório para isso.

E isso não apenas porque se trata de uma teoria marxista do valor-capital, em escala mundial. A teoria do valor é importante para qualquer teoria social que pretenda explicar a realidade social, em específico a capitalista. Se o valor é a característica especificamente capitalista da riqueza nesta época histórica, uma teoria do valor – qualquer que seja ela – representa uma forma de apreensão teórica sobre a riqueza, na sociedade capitalista. Se o valor é a maneira pela qual os indivíduos se relacionam socialmente – de forma intermediada (pelas trocas) – uma teoria do valor significa, em última instância, uma concepção específica sobre esta sociedade, sobre o capitalismo. Qualquer teoria – dê-se conta disso ou não – possui uma teoria do valor – por mais primitiva, contraditória que possa ser – se tem uma teoria sobre o funcionamento do capitalismo.

A historiografia do pensamento econômico costuma apresentar as distintas teorias do valor como se fosse uma questão de escolha, opção, entre uma teoria do valor baseada no trabalho ou uma teoria baseada na utilidade proporcionada pelo consumo dos produtos. Nada mais equivocado. Para ficar em Marx, este autor não optou por uma substância-trabalho para sua teoria do valor. Qualquer que seja a forma histórica da riqueza, só há duas formas de obtê-la. Ou ela pré-existe, na natureza, ou então o ser humano é obrigado a produzi-la, a trabalhar para produzi-la. Portanto, as características que essa riqueza, em qualquer época, possui, só podem provir de características específicas que o trabalho humano apresente. Se no capitalismo a mercadoria (riqueza capitalista) é uma unidade entre valor e valor de uso, isso só é possível porque o trabalho humano no capitalismo é também dual, abstrato e

concreto. Ou seja, tanto um (valor) como outro (valor de uso) decorrem do trabalho. Portanto, uma teoria do valor que tenha como fundamento o trabalho não é uma opção metodológica-teórica, mas uma obrigação, posta pelo próprio objeto a ser estudado.

Resta ainda uma questão. Por que não a teoria do valor-trabalho, conforme a economia política clássica? Simplesmente porque ela é insuficiente, para não dizer mistificadora da realidade capitalista. Uma teoria do valor não pode se resignar a determinar a magnitude dos preços relativos, algo tipicamente característico de teorias aparentemente tão diferentes, como a (neo) ricardiana e a neoclássica. Primeiro porque valor (essência) e preço (aparência) não são a mesma coisa, ainda que o sejam<sup>7</sup>!

Valor e valor de troca são a mesma coisa porque dizem respeito à mesma característica da mercadoria, sua capacidade de ser trocada por outras. Mas não são simplesmente porque dizem respeito a instâncias (aparência e essência) distintas, da mesma coisa, a mercadoria. Em segundo lugar, uma teoria do valor não pode se limitar ao aspecto quantitativo (magnitude) do valor. Essa não é a única dimensão do valor, uma vez que ele também representa a forma por meio da qual os indivíduos se relacionam socialmente, de forma indireta por meio das trocas de mercadorias.

Se a teoria do valor é, também, uma teoria sobre o modo de produção capitalista, então esta última está inserida, incluindo as possibilidades e limitações, nos “resultados” a que se chega com a primeira. Isto é importante porque a categoria *mercado mundial*, em Marx, é a forma mais concreta de expressão das leis gerais do modo de produção capitalista. A teoria sobre o modo de produção capitalista decorre da teoria (lei) do valor. Portanto, um entendimento correto desta última está pressuposto na correta avaliação do significado da categoria *mercado mundial* para Marx.

Ao contrário do que se pensa<sup>8</sup>, a lei do valor em Marx não significa simplesmente que as mercadorias são vendidas pelos seus valores, no sentido de que os preços correspondem aos valores. De fato, tanto no livro I como no livro II de *O Capital*, Marx trabalha com a ideia de que as

---

<sup>7</sup> Que (neo)ricardianos e neoclássicos sucumbam na compreensão desta dialética, que faz parte da realidade (capitalista), só nos mostra que: (i) suas teorias não conseguem captar o comportamento real do capitalismo; (ii) portanto, nos melhores dos casos, suas teorias mistificam a realidade, por não entenderem essa totalidade complexa que é o capitalismo; (iii) recusar um pensamento dialético para uma realidade que é, ela mesma, dialética, significa, de início, recusar o seu entendimento; (iv) a dialética não é uma escolha metodológica para o entendimento da realidade, mas uma obrigação posta pela mesma.

<sup>8</sup> Este é mais um sintoma de certa leitura que se faz de Marx, muito comum na historiografia do pensamento econômico, tratando-o como mais um ricardiano.



mercadorias são trocadas de forma equivalente, ou seja, que elas são vendidas por seus valores. A partir daí, todas as leis de tendência de funcionamento do modo de produção capitalista (produção da mais-valia, lei geral da acumulação capitalista, lei da queda tendencial da taxa de lucro etc.) decorrem do fato de que as mercadorias são vendidas pelos seus valores. Entretanto, em determinado momento de sua exposição<sup>9</sup>, Marx se dá conta de que as mercadorias não são vendidas pelos seus valores, nem poderiam sê-lo<sup>10</sup>... ainda que o sejam!

Isto que pode parecer para um pensamento simples (e formal) uma contradição interna à teoria de Marx é na verdade uma contradição real, percebida por Marx. Ele o faz em três níveis de abstração.

No primeiro, ainda no plano dos valores, dentro do capítulo 1 do livro I, Marx percebe que o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de uma mercadoria determina o seu valor. Mas isso de acordo com as condições sociais médias de produtividade e intensidade do trabalho. Assim, se uma determinada economia necessita de duas unidades da mercadoria hipotética A, e um determinado capital I leva 4 horas para produzir uma unidade, sendo que outro capital II leva 6 horas para produzir outra unidade, tem-se que a economia tem um custo de 10 horas para produzir duas unidades. O valor da mercadoria A, seu tempo de trabalho socialmente necessário, é igual a 5 horas, cada. Perceba-se que nenhum dos dois capitais (I ou II) tem um valor individual que corresponda a esse valor médio<sup>11</sup>. Portanto, do ponto de vista dos capitais particulares, as mercadorias não foram vendidas por seus valores individuais (4 horas e 6 horas), mas do ponto de vista da totalidade as duas mercadorias A foram vendidas por seus valores (10 horas no total).

O segundo nível de abstração corresponde à famosa seção II do livro III. Ali, Marx percebe que capitais de igual montante e apenas com composições orgânicas do capital distintas, se vendessem as mercadorias por seus valores, obteriam taxas diferenciadas de lucro, o que faria com que: (i) capitais de maior produtividade (composição orgânica de capital) se apropriassem de menores taxas de lucro, enquanto capitais com menor produtividade obtivessem maiores taxas de lucro; (ii) fosse negada a

---

<sup>9</sup> Nas raras vezes em que se percebe, atribui-se ao capítulo 9 do livro III de O Capital o momento em que isto comparece. Entretanto, como será visto, esta ideia está presente desde o início, e isso por uma razão muito simples, porque faz parte da própria realidade capitalista, objeto de análise desde o início.

<sup>10</sup> Esta conclusão parcial coloca em xeque toda a teoria sobre o capitalismo, pois ela depende da troca de equivalentes. Mais do que isso, para nosso propósito, as leis gerais do modo de produção capitalista (incluindo sua manifestação mais concreta no *mercado mundial*) dependem da validade da “hipótese” de troca de equivalentes, isto é, da lei do valor.

<sup>11</sup> Mais tarde, no cap. 10 do livro III, Marx diferenciará esse valor individual do valor social ou de mercado, que se chamou aqui de valor médio.



# XXVIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

LUGARES DOS HISTORIADORES: VELHOS E NOVOS DESAFIOS

27 A 31 DE JULHO DE 2015

FLORIANÓPOLIS - SC

própria tendência da concorrência entre capitais de distintos setores de procurarem maiores taxas de lucro, que terminaria por, como tendência, formar uma taxa média de lucro. Esta última, aplicada ao capital adiantado, define o lucro médio que, somado ao preço de custo forma os preços de produção, que garantem que capitais de igual montante se apropriam do mesmo lucro médio, independente de quanta mais-valia produziram no processo produtivo. Dessa forma, exceto em setores de composição orgânica do capital igual à média, os preços de produção necessariamente são distintos dos valores. Comprova-se com isso que as mercadorias não são e nem podem ser vendidas pelos seus valores. Entretanto, para o capital total, os preços de produção (magnitude de valor apropriada) equivalem aos valores (magnitude de valor produzida). Logo, neste segundo nível de abstração, assim como no primeiro, as mercadorias não são, nem podem, ainda que sejam vendidas pelos seus valores!

No terceiro, e último<sup>12</sup>, nível de abstração, Marx constata que os preços de mercado só corresponderiam aos preços de produção por uma casualidade. Se a oferta é maior do que a demanda, os preços de mercado são inferiores aos preços de produção, e vice-versa, o que nos leva à conclusão de que as mercadorias, de fato, não são vendidas pelos seus valores (intermediados pelos preços de produção). Observando mais de perto, quando os preços de mercado são inferiores aos preços de produção, a taxa efetiva de lucro é inferior à taxa média. Capitais instalados nesses setores tendem a reduzir seus volumes de produção, ou simplesmente abandonar essas esferas de produção. Por uma razão e/ou por outra, a quantidade de produção nesse mercado tende a cair, fazendo com que o preço de mercado suba em direção ao preço de produção. O mesmo processo ocorre, com sentido inverso, quando os preços de mercado são superiores aos preços de produção. Logo, a aparente flutuação indeterminada dos preços de mercado, na verdade, tem uma determinação, o valor da mercadoria, intermediado pelo preço de produção.

Assim, a lei (teoria) do valor em Marx não significa que os preços de mercado irão corresponder quantitativamente aos valores das mercadorias, e nem poderia ser assim, como visto. A troca de equivalentes (lei do valor), de acordo com a teoria de Marx, significa que o valor é o centro por onde flutuam os preços, explicando/determinando, portanto, essa flutuação. Entendida de maneira correta (dialeticamente) a teoria do valor em Marx, deve-se retomar o fato de que todas as leis de tendência do modo de produção capitalista decorrem dela. Como essas leis de tendência se manifestam de forma distinta dependendo da conjuntura, do momento histórico e/ou do grau de desenvolvimento

---

<sup>12</sup> Porque nesse nível voltou-se à realidade concreta dos preços de mercado.



capitalista em determinada região, tem-se que a categoria *mercado mundial* em Marx, em um plano mais concreto, é crucial para entender o seu objeto de estudo, as categorias capitalistas como elas são, na realidade concreta<sup>13</sup>.

Alguns podem entender *mercado mundial* simplesmente como um mercado em escala global. Mas essa categoria em Marx significa muito mais. Quando esse autor se refere a mercado não está tratando de um espaço específico onde os indivíduos, eventualmente, compram e vendem produtos. Mercado (ou circulação de mercadorias) para ele é a totalidade das trocas em uma economia mercantil-capitalista. Nesta sociedade, os indivíduos não têm a liberdade de ir, ou não, conforme seus caprichos, ao mercado (mundial) para, eventualmente, comprar ou vender produtos. Na sociedade capitalista, os seres humanos são obrigados, para existirem nessa sociedade, a comprar e vender produtos. Com o desenvolvimento da divisão do trabalho, esses indivíduos produzem apenas parte do que necessitam para viver. Isto significa que: (i) o trabalho privado, no capitalismo, só é reconhecido, ou não, como parte do trabalho social, se o seu produto for reconhecido/validado na troca; (ii) os indivíduos relacionam-se uns com os outros, fundamentalmente, por intermédio da compra/venda de suas mercadorias, e não diretamente. Enfim, trata-se de uma sociabilidade obrigatoriamente mercantil.

Portanto, quando Marx se refere ao *mercado mundial*, ele está se referindo a essa sociedade onde os seres humanos se relacionam socialmente de forma mediada/estranhada, o capitalismo. Em Marx, *mercado mundial* representa *capitalismo mundial*, as leis gerais de tendência que constituem o capitalismo em escala, desenvolvida de forma desigual, mundial<sup>14</sup>.

### **O método marxiano e o mercado mundial: níveis analíticos**

O entendimento da categoria mercado mundial em Marx como manifestação concreta da lei do

---

<sup>13</sup> Tanto é assim que, como será visto, no plano da obra integral de Marx, a exposição de O Capital terminaria com a determinação mais concreta do valor-capitalismo com a parte “O mercado mundial e as crises”.

<sup>14</sup> Silva (2009, p. 234), tentando resgatar a perspectiva de Rosa Luxemburgo para a acumulação mundial de capital, percebe: “Creo, sí, que nuestro enfoque es, al igual que el otro, un necesario paso del proceso de análisis, un momento de la reflexión crítica sobre la obra [de Rosa Luxemburgo], antes de pasar a la visión global que pueda llevarnos a la síntesis de su totalidad, que no es otra que la síntesis del sistema capitalista mundial visto como totalidad histórica que contenía, tanto a un polo capitalista desarrollado como a un polo atrasado y dependiente en su desarrollo, ambos unidos por un sistema de relaciones que hacía de cada polo un aspecto imprescindible para explicar al otro”. Independente dos equívocos que essa autora comete em sua teoria da acumulação do capital (como visto acima), Silva percebe muito bem que o mercado (economia) mundial capitalista conforma uma unidade dialética entre dois pólos, centros (imperialistas) e economias dependentes.



valor no plano mundial pressupõe a compreensão de importantes aspectos metodológicos que fundamentam o edifício teórico marxiano. O esforço para se atingir o nível analítico considerado, pelo próprio autor, fora do escopo e pertencendo à eventual continuação de sua principal obra (Marx, op. cit., Heinrich, 1997, p. 462), exige rigoroso entendimento da proposta de apresentação das leis gerais que regulam o funcionamento do modo de produção capitalista em *O Capital*.

No *Prefácio* à primeira edição de *O Capital*, Marx adianta muito sucintamente a maneira pela qual pretendia atingir seus objetivos (Marx, 2013, p. 78). Nas ciências naturais, diz o autor, é possível (pelo menos em certas circunstâncias) isolar em laboratório alguns elementos da realidade concreta a fim de que sejam analisadas suas determinações principais. No estudo das sociedades, no entanto, esta tarefa cabe à abstração mental. Ademais, se um corpo não revela de imediato suas partes componentes – de maneira que suas determinações próprias aparecem de forma mistificada – importa principiar seu estudo a partir de suas células, de maneira a se elucidar, desde as determinações mais simples, as cadeias causais que conformam o seu ser-precisamente-assim.

Esse método pode ser resumido na expressão “concreto mediado – abstrato – concreto pensado (ou mediado pelas abstrações)”<sup>15</sup>. Assim, se todo conhecimento parte das condições concretas da existência, a elucidação de suas reais conexões causais só pode ser feita em abstrato; e o caminho da apreensão das complexas determinações que conformam objeto de estudo deve ser o da contínua “reaproximação” àquelas condições concretas de existência que devem ser explicadas.

Sobre esse caminhar das determinações mais simples à constituição complexa da totalidade social (i.e., a “viagem de retorno”), fazem-se necessárias algumas observações. Inicialmente, deve-se ter claro que o ponto de partida não pode ser escolhido arbitrariamente. Antes, a explanação teórica deve partir de uma categoria central na respectiva formação social, que carregue, ao menos em germe, determinações correspondentes a todos os momentos da totalidade desse ser social e que serão reveladas paulatinamente com a inserção, na análise, de outros elementos da realidade concreta, em um processo de dissolução das abstrações e aproximação da real complexidade do ser. A escolha da forma

---

<sup>15</sup> “O concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, portanto unidade da diversidade. Por essa razão, o concreto aparece no pensamento como processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, não obstante seja o ponto de partida efetivo e, em consequência, também o ponto de partida da intuição e da representação. Na primeira via, a representação plena foi volatilizada em uma determinação abstrata; na segunda, as determinações abstratas levam à reprodução do concreto por meio do pensamento. (...) [O] método de ascender do abstrato ao concreto é somente o modo do pensamento de apropriar-se do concreto, de reproduzi-lo como concreto mental. Mas de forma alguma é o processo de gênese do próprio concreto”. (Marx, 2011a, p. 54-55)



tipicamente capitalista do produto social, a mercadoria, obedece a esse critério na medida em que revela, de início, a determinação mercantil da sociabilidade capitalista, cujo caráter estranhado lhe confere uma forma necessariamente fetichizada, e contém, como possibilidade, a negação do processo de acumulação de capital (i. e., as crises econômicas).

É preciso deixar claro que quando falamos em abstrações não nos referimos a livres criações mentais que não tem compromisso com o objeto em análise. Tratamos de abstrações reais, isto é, de determinações da existência não idênticas à aparência imediata dos fenômenos, mas que nem por isso são irrealis ou “menos reais”. Na verdade, são momentos do real que transcendem o meramente empírico, apreendidos pelo pensamento, mas criados pela própria realidade social.

Esse caminho de retorno à complexidade, “mas desta vez não como a representação caótica de um todo, mas como uma rica totalidade de muitas determinações e relações” (Marx, 2011a, p. 54), demanda, portanto, constante posicionamento crítico com relação a constituição concreta dos fenômenos em toda sua complexidade, a fim de que se possa compreender como suas forças internas entram em ação. Nas palavras de Lukács: “Tão só uma ininterrupta e vigilante crítica ontológica de tudo o que é reconhecido como fato ou conexão, como processo ou lei, é que pode reconstituir no pensamento a verdadeira inteligibilidade dos fenômenos”. (Lukács, 2012, p. 306)

Nesse processo de reconstrução no pensamento da realidade material faz-se necessária, portanto, a constante cooperação entre a gênese ontológica do objeto de estudo (o modo de produção capitalista), ou seja, o caminho da história, e o desenrolar lógico-dialético das categorias sociais, o caminho do conhecimento. Isso não significa, contudo, que esses dois caminhos coincidam. Em poucas palavras, *O Capital* não é um livro que resume os traços gerais do desenvolvimento histórico do capitalismo, a despeito de que em casos excepcionais, como o da gênese do dinheiro, as etapas historicamente decisivas correspondam à sua dedução lógica a partir do valor. Talvez o exemplo mais emblemático da questão para a qual estamos chamando a atenção seja o próprio mercado mundial.

Ao mesmo tempo em que considerava, corretamente, o surgimento do mercado mundial como fenômeno originário do modo de produção capitalista<sup>16</sup>, Marx tinha nessa categoria o “ponto de chegada” de sua lei do valor. A esse respeito é obrigatório lembrar que ao final do conhecido *Método da economia política* Marx anuncia que o quinto, e último, livro da obra para a qual o *Grundrisse* era

---

<sup>16</sup> “Produção de mercadorias e circulação desenvolvida de mercadorias – o comércio – formam os pressupostos históricos a partir dos quais o capital emerge. O comércio e o mercado mundiais inauguram, no século XVI, a história moderna do capital”. (Marx, 2013, p. 223)



um manuscrito de preparação seria sobre o “mercado mundial e as crises” (Marx, 2011a, p. 61). Como se sabe Marx abandonou esse plano original para sua obra magna<sup>17</sup> sem, contudo, abandonar os preceitos metodológicos que o nortearam.

Com base nisso, Dussel (1988) afirma que a análise teórica contida nos três livros de *O Capital* não é suficiente para dar conta da questão das complexas inter-relações entre países que se inserem de modo diverso no mercado mundial. Dessa maneira fazem-se necessários importantes passos lógico-categoriais até que se possa tratar das relações de dependência/imperialismo em nível geral e, em seguida, seus momentos particulares e singulares (Dussel, 1988, pp. 313-330). Tal constatação corresponde rejeição pura e simples da postura, muito em voga no âmbito do marxismo, de que o conjunto de textos publicados sob o título de *O Capital* seria suficiente para dar conta da sociedade capitalista em toda a sua complexidade, restando apenas a tarefa de aplicar aquelas descobertas científicas à realidade sócio-histórica que se pretende analisar.

### **Historicidade e mercado mundial: tendências e desenvolvimento desigual**

Outras questões mencionadas na seção anterior merecem um tratamento um pouco mais detalhado. Há uma série de pressupostos metodológicos subjacentes à afirmação de que da lei dialética do valor de Marx podem ser deduzidas todas as tendências relativas ao modo de produção capitalista que se apresentam de maneira desigual e combinada no desenvolvimento econômico geral, dadas as diversidades de condições entre os países.

Retornemos uma vez mais ao primeiro *prefácio* escrito por Marx para *O Capital*. Nestas linhas o autor estabelece de maneira clara o objetivo de seu livro: elucidar as leis, tendências, que conformam o modo de produção capitalista. A este modo de produção, diz Marx, correspondem relações de produção e circulação. (Marx, 2013, p. 78) Uma relação social, como é sabido, define-se apenas em seu movimento de constante reprodução e o método dialético é forma adequada de conferir-lhe expressão teórica, na medida em que o movimento imanente ao objeto em análise apresenta-se como resolução de sua própria constituição internamente contraditória.

No entanto, como ressalta Lukács, o caráter ininterrupto do movimento não basta para determinar a “concretude específica da historicidade”. (Lukács, 2012, p. 341) É preciso reconhecer que esse movimento expressa sempre uma direção, obedecendo a uma determinada conjunção causal que,

---

<sup>17</sup> Pode se encontrar em Rosdolsky (2001) uma discussão qualificada sobre o significado e os motivos de tal mudança.



muitas vezes, só pode ser apreendida retrospectivamente. Essa direção “se expressa em transformações qualitativas de determinados complexos, tanto em si quanto na relação com outros complexos”. (Ibid.)

Tal historicidade concreta se verifica tanto na natureza quanto nas sociedades. No âmbito exclusivo do ser social, contudo, deve-se reconhecer que da “eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza”, o trabalho enquanto produtor de valores de uso (Marx, 2013, p. 120), derivam-se, de maneira não teleológica, formas cada vez mais puramente sociais, das quais o valor constitui um exemplo. Há em Marx uma noção de progresso que se refere ao crescente domínio do ser humano sobre a natureza, isto é, sua crescente independência com relação às determinações puramente naturais, embora esta nunca possa ser completa. Nas palavras do próprio:

“De fato, porém, se despojada da estreita forma burguesa, o que é a riqueza senão a universalidade das necessidades, capacidades, fruições, forças produtivas etc. dos indivíduos gerada pela troca universal? [O que é senão o] pleno desenvolvimento do domínio humano sobre as forças naturais, sobre as forças da assim chamada natureza, bem como sobre as forças de sua própria natureza?” (Marx, 2011a, p. 399)

Isso não significa, contudo, que o curso do desenvolvimento, em sentido ontológico, não seja necessariamente contraditório. É o que Marx faz questão de deixar claro poucas linhas abaixo das que acabamos de citar:

“Na economia burguesa – e na época de produção que lhe corresponde –, essa exteriorização total do conteúdo humano aparece como completo esvaziamento; essa objetivação universal, como estranhamento total, e a desintegração de todas as finalidades unilaterais determinadas, como sacrifício do fim em si mesmo a um fim totalmente exterior”. (Ibid., p. 400)

Por exemplo, se da lei do valor decorre a tendência à diminuição do tempo de trabalho socialmente necessário à produção de mercadorias, isso não implica uma redução da jornada de trabalho. Ou seja, do aumento do domínio humano sobre a natureza, cuja condição reside no desenvolvimento das forças produtivas, não decorre maior tempo para o livre desenvolvimento das potencialidades humanas. Pelo contrário, essa tendência engendra o surgimento de uma superpopulação relativa. Em suma, há em Marx uma noção ontológica de progresso que prescinde qualquer julgamento subjetivo de valor. “Trata-se da constatação de um estado de coisas ontológico, independentemente de como ele seja avaliado depois. (Pode-se aprovar, deplorar etc. o 'afastamento da barreira natural')”. (Lukács, 2012, p. 320)



Queremos chamar a atenção para o fato de que da mesma forma que o modo de produção capitalista possui uma tendência geral de desenvolvimento, uma historicidade, o mesmo vale para o movimento histórico em geral, isto é, para a passagem de um modo de produção a outro. Isso não significa de maneira nenhuma que haja uma consciência por trás desse movimento geral e muito menos que esses desenvolvimentos históricos ocorram de maneira unilinear. No entanto, a mirada retrospectiva pode ser capaz de reconstituir intelectualmente a gênese ontológica do que veio a ser, sua racionalidade *post festum*. Em outras palavras, do ponto de vista do presente pode-se compreender o passado como processo não teleológico de sua construção.

Tanto no caso da historicidade *no* modo de produção capitalista, quanto no de seu próprio caráter histórico (a historicidade *do* modo de produção capitalista), os traços gerais podem ser cientificamente expressos na forma de legalidades que possuem tão somente o caráter de tendências. Assim, a identificação de mecanismos causais subjacentes ao modo de reprodução do ser social, quer seja historicamente delimitado ou tenha validade geral, não implica a certeza da observação futura do resultado que a ele pode ser diretamente associado. Isso quer dizer que essa tendência está em interação com outras tendências, identificadas ou não, que constantemente atuam sobre o objeto.

Devemos ressaltar agora uma questão que até aqui ficou apenas implícita. Mediante o intercâmbio com a natureza tem-se no ser social a origem de uma estrutura peculiar. A forma tipicamente humana de reprodução material, o trabalho, envolve a produção de objetividades qualitativamente novas, a partir de certos pressupostos materiais e do conhecimento de algumas propriedades do objeto sobre o qual e com os quais se trabalha, de maneira a apresentar-se sempre com o caráter de alternativa. (Lukács, 2012, p. 343) Nas palavras de Lukács:

“Essa alternativa, por mais cotidiana e superficial que seja, por mais irrelevante que sejam de imediato suas consequências, constitui, no entanto, uma alternativa autêntica, porque abriga em si, sempre, a possibilidade de retroagir sobre o seu sujeito para transformá-lo”. (Ibid.)

Tal caráter alternativo do agir humano não se restringe ao trabalho, caracterizando toda forma de práxis social, ou seja, os indivíduos sempre realizam escolhas como base em alternativas postas por suas condições de existência. "Os homens fazem a sua própria história; contudo não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes forma transmitidas assim como se encontram" (Marx, 2011b, p. 25).

Deve ficar claro que apesar do fato de que os atos singulares respondem escolhas em cada caso,



sua síntese realizada pelo próprio movimento social dá origem a conexões legais que fogem à intenção dos indivíduos (por exemplo, a busca pela maior taxa de lucro possível por parte de cada capitalista cria paradoxalmente uma tendência à redução na taxa geral de lucro) e ultrapassam a possibilidade de sua antecipação teórica. Ou seja, as escolhas que os indivíduos necessariamente fazem em seus agires influenciam o processo histórico de maneira que este não pode ser identificado com a mera reprodução mecânica de certo conjunto de leis sociais.

Ademais, os seres humanos não devem ser vistos como os únicos “elementos” da sociedade. A sociedade faz-se “também de complexos parciais que se cruzam, se articulam, se combatem etc. reciprocamente, como é o caso das instituições, das uniões de homens socialmente determinadas (classes)”. (Lukács, 2012, p. 357) As complexas inter-relações entre classes e as instituições que a correspondem influenciam o processo histórico como um todo, apresentando-se sempre a partir de respostas desses grupos a situações concretas.

Note-se que a relação entre a esfera da produção material (i.e., a esfera econômica) e as “forças mediadoras (instituições, ideologias, etc.)” guarda uma correspondência, uma vez que o desenvolvimento da esfera econômica impõe limites ao desenvolvimento do ser social como um todo. Ou seja, a produção material corresponde ao momento ontologicamente predominante, dado “el hecho, tan sencillo, de que el hombre necesita, en primer lugar, comer, beber, tener un techo y vestirse antes de poder hacer política, ciencia, arte, religión, etc.” (Engels, 1999). Temos, portanto, uma relação condicional. Assim – continua Engels em seu discurso proferido no funeral de Marx –, as instituições, ideologias, ideias religiosas etc. devem ser explicadas à luz da produção material, não o contrário. (Ibid.)

Construído a partir da crítica à filosofia da história de matriz hegeliana ainda nos anos 1840, o materialismo histórico reconhece o papel central da produção material como condição para a existência humana, de modo a representar um esforço teórico para compreender “esse fato fundamental em toda a sua significação e em todo o seu alcance e a ele fazer justiça” (Marx e Engels, 2007, p. 33). Contudo, do reconhecimento do caráter prioritário da produção material, em termos ontológicos, não se estabelece uma posição de hierarquia entre a chamada esfera econômica e os demais complexos sociais (como as formas política e jurídica), ou seja, não se postula uma relação de antecedência única, necessária e exaustiva entre o “econômico” e o Estado, por exemplo. Pelo contrário reconhece-se o caráter mutuamente determinante entre esses diferentes complexos, como queremos apontar.

Assim, da correspondência entre o modo de produção e as “forças mediadoras” não se postula





uma relação unívoca, isto é, do “econômico” não se deriva necessariamente uma única forma político-institucional, religiosa, artística, ideológica etc. Como o reconhecimento de um momento ontologicamente predominante não significa a atribuição de hierarquia entre os complexos sociais em um sistema lógico, de forma alguma o materialismo histórico oferece, “como a filosofia o faz, uma receita ou um esquema com base no qual as épocas históricas possam ser classificadas” (Ibid., p. 95). Como observa Lukács, “forças mediadoras”, são portadoras de uma “autonomia interna tanto maior quanto mais desenvolvidas forem, quanto mais aperfeiçoadas forem em sua imanência”. (Lukács, 2012, p. 362) Desta forma, da interação complexa entre seres humanos historicamente determinados emergem resultados que não podem ser tidos como necessários *a priori*, o que não invalida a possibilidade de se apreender retrospectivamente as conexões causais que possibilitaram sua gênese (como visto), condicionadas, em última instância, pelas legalidade do "econômico".

Com isso nos aproximamos de uma questão fundamental para a análise do mercado mundial: o desenvolvimento desigual. Nas palavras de Lukács:

“A grande e multiforme margem de intervenção da casualidade não apenas influi sobre o modo pelo qual são resolvidos alternativas e conflitos, mas penetra bem mais profundamente no decurso global, na medida em que as leis econômicas podem se afirmar – sem alterar o seu caráter fundamental – por caminhos bastante diferenciados, até mesmo opostos, cuja natureza retroage depois sobre a luta de classes, o que por sua vez não deixa de influir no modo pelo qual se realizam as leis econômicas gerais, e assim por diante. Basta pensar, por exemplo, em como o desenvolvimento do capitalismo na Inglaterra e na França teve efeitos totalmente diversos sobre as relações agrárias nos dois países. Disso decorreram formas distintas nas respectivas revoluções burguesas, o que por sua vez contribuiu para produzir no capitalismo dos dois países formas estruturais diferentes”. (Ibid., p. 363)

Como nos lembra o autor, as indicações extremamente sucintas de Marx sobre o problema do desenvolvimento desigual ao final da *Introdução ao Grundrisse*, advertem que não se pode “conceber de modo algum o conceito de progresso na abstração habitual” (Marx, 2011a, p. 62). Marx aponta sobretudo para o fato de que o fenômeno deve ser considerado no âmbito da desigualdade entre desenvolvimento econômico e outras objetivações sociais, como as relações jurídicas e o desenvolvimento artístico. Contudo, o fato de que nessas anotações o problema do desenvolvimento desigual no mercado mundial não esteja posto explicitamente, não significa que ele “não se encaixe no



complexo de questões constituído pelo desenvolvimento desigual”. (Ibid., p. 383)

É fundamental para a desigualdade no âmbito do desenvolvimento econômico geral o fato de que em condições que se apresentam como diversas em diferentes modos de produção, desde os primórdios da existência humana (condições geográficas, populacionais etc.), os respectivos grupos humanos (tribos, nações, classes etc.) apresentem diferentes aptidões para lidar com o progresso nas condições materiais de produção, isto é, promovê-lo (Ibid., pp. 383-384). Nesse sentido, considerando-se sociedades que estão em contato de maneira a experimentarem as mesmas relações sociais de produção (influenciando-se mutuamente), o que só acontece de fato no capitalismo (ao menos em escala global), o desenvolvimento econômico deve apresentar forma diversa, segundo as diferentes “forças mediadoras” gestadas em longos processos históricos. A relação, portanto, entre o domínio da produção e as demais objetivações sociais é de mútua determinação.

“No desenvolvimento desigual, expressa-se a heterogeneidade dos componentes de cada complexo e da relação recíproca desses complexos. Quanto mais desenvolvida, quanto mais social for a economia, tanto mais a heterogeneidade dos elementos naturais passa a segundo plano, transformado-se de modo cada vez mais declarado numa tendência à socialidade. Esse processo, contudo, supera a naturalidade, mas não as heterogeneidades”. (Ibid., p. 384)

Ou seja, persistem, de alguma forma, nas revoluções relativas à disseminação das relações capitalistas de produção as heterogeneidades relativas aos diversos modos de produção prévios e que foram dissolvidos nesse processo. Os grupos que se colocavam em disputa pelo poder na formação social prévia e os novos grupos que se formam a partir dessas transformações têm de lidar com situações inteiramente novas que decorrem, em parte, da estrutura que se dissolve e, em parte, das novas determinações sociais. Nesse processo desenvolvem-se instituições burguesas cujas singularidades expressam esses novos conflitos<sup>18</sup>, engendrando, por conseguinte, uma forma singular

---

<sup>18</sup> Por exemplo, quando, nos textos que compõem o *As lutas de classes na França*, Marx analisa o Estado que emerge após as revoltas de 1848, fica claro que sua forma expressa, ainda que de maneira mistificada, o conflito de classes que ali se estabelece. “Quando se tratou de sustentar a *forma* da república burguesa, eles puderam dispor dos votos dos republicanos democráticos, mas quando se tratou do seu *conteúdo*, nem mesmo o seu modo de falar os distinguiu das facções burguesas monarquistas, porque os interesses da burguesia, as condições materiais de seu domínio classista e de sua exploração classista perfazem o conteúdo da república burguesa”. (MARX, 2012, p. 69, itálicos do original) O Estado, portanto, é uma esfera dotada de autonomia relativa que expressa as singularidades e particularidades de arranjos específicos entre as classes e cujas políticas exercem influência sobre o



de desenvolvimento econômico capitalista.

As singulares instituições burguesas que surgem em países diversos a partir da correlação de forças entre as classes em disputa devem ser compreendidas, adicionalmente, à luz da expansão do processo de acumulação de capital em outros países, especialmente nos países nos quais as relações capitalistas encontram-se mais desenvolvidas. A expansão geográfica do capital, com a criação de novos pontos de intercâmbio de mercadorias e a disseminação da sociabilidade capitalista, um movimento para além dos espaços nacionais (ponto de partida e constante ponto de chegada do modo de produção capitalista), a criação do mercado mundial, representa uma tendência "imediatamente dada no próprio conceito do capital". (Marx, 2011a, p. 332)

Ao conquistar novos espaços para a acumulação, o capital, apesar de não ter pátria, apresenta-se através de alguma(s) bandeira(s) nacional(is). Emerge, assim, uma relação dialética entre, em termos muito gerais, países adiantados e atrasados na lógica de acumulação de capital, considerando-se ainda que certas condições históricas tornam possíveis a passagem de uma situação a outra para algumas nações. As condições para a acumulação de capital em cada parte, apresentam-se como condições para a acumulação de capital como um todo, em uma configuração na qual a inserção "atrasada" perpetua (como tendência) uma forma de subordinação econômica e política, que se apresenta de modo diverso segundo a historicidade do modo de produção capitalista. Em suma, o mercado mundial conforma-se como uma complexa interação dialética entre tipos particulares de capitalismo: de um lado "ricos", "desenvolvidos", "centrais", "imperialistas", "adiantados" etc.; de outro "pobres", "subdesenvolvidos", "periféricos", "dependentes", "atrasados" etc. - deixando-se de lado as diferenças conceituais entre esses diferentes termos e suas eventuais deficiências.

## **Conclusão**

Portanto, as legalidades relativas ao modo burguês de produção, expressas universalmente na lei do valor, ao invés de negadas, afirmam-se necessariamente de maneira desigual no âmbito do mercado mundial, através de seus modos singulares de manifestação que, ademais, expressam particulares formas de inserção externa na lógica global de acumulação de capital. Em outras palavras, a desigualdade no desenvolvimento econômico entre diferentes países inseridos no mercado mundial é a forma necessária de manifestações das tendências gerais relativas ao modo de produção capitalista.

Defendemos que a compreensão desse conjunto de fenômenos, tanto de maneira geral quanto

---

desenvolvimento econômico.



em suas específicas formas históricas, envolve o aprofundamento da contribuição de Marx para o estudo da sociedade em que vigora o modo de produção capitalista. Sob tais bases, consideramos que a retomada crítica dos estudos pioneiros sobre o mercado mundial no âmbito do marxismo correspondem a um momento necessário no debate que deve servir de norte para a organização da luta internacional pela superação do capitalismo. Como sempre, a compreensão da estrutura complexa da forma de sociabilidade capitalista é a tarefa intelectual fundamental para a militância revolucionária.

### **Bibliografia**

- AMARAL, M. S. *Teorias do imperialismo e da dependência: a atualização necessária ante a financeirização do capitalismo*. Tese de doutorado, USP, São Paulo, 2012.
- BUKHARIN, N. I. *A Economia Mundial e o Imperialismo: esboço econômico*. São Paulo: Nova Cultural, 1986.
- CORRÊA, H. *Teoria Do Imperialismo No Século XXI: (In)Adequações Do Debate No Marxismo*, Tese de Doutorado, UFF, Niterói, 2012.
- ENGELS, F. *Discurso ante la tumba de Marx*. Digitalización por José Ángel Sordo para el Marxists Internet Archive, 1999. Disponível em: <https://www.marxists.org/espanol/m-e/1880s/83-tumba.htm>
- HEINRICH, M. “Engels' Edition of the Third Volume of Capital and Marx's Original Manuscript”, *Science & Society*, Nova York: Guilford Publications, vol. 60, n. 4, pp. 452-456, 1997.
- HILFERDING, R. *O Capital Financeiro*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- LÊNIN, V.I. *O Imperialismo: fase superior do capitalismo*. São Paulo: Global Editora, 1979.
- LUKÁCS, G. *Para uma ontologia do ser social I*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.
- LUXEMBURGO, R. *A Acumulação de Capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- MANDEL, E. *O Capitalismo Tardio*. São Paulo: Editora Abril, 1982.
- MARX, K. *O Capital*, Livros II e III. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- \_\_\_\_\_. *Grundrisse*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011a.
- \_\_\_\_\_. *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011b.
- \_\_\_\_\_. *As lutas de classes na França*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.
- \_\_\_\_\_. *O Capital*, Livro I. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.
- MARX, K. & ENGELS, F. *A Ideologia Alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.
- ROSDOLSKY, R. *Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx*. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2001.



SILVA, L. *Anti-manual para uso de marxistas, marxólogos y marxianos*. Caracas: Monte Ávila Editores, 2009.

TROTSKY, L. *A Revolução Permanente*. São Paulo: Editora Kairós, 1985.